

PENSAR O ACOLHIMENTO RESIDENCIAL DE CRIANÇAS E JOVENS

 FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN

junho 2018



POR PRÁTICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS CENTRADAS NA AUTONOMIA E BEM-ESTAR DAS CRIANÇAS E JOVENS

Isabel Mota
Presidente

Os riscos que atravessam a vida de crianças e jovens nas sociedades atuais têm vindo a constituir objeto de especial atenção por parte dos Estados, comunidades e de diversas organizações a nível nacional e internacional. Na origem destes riscos estão dinâmicas e processos sociais complexos, que colocam em causa a condição da infância e juventude e exigem a mobilização de conhecimento científico e inovação de modo a desenvolver práticas mais eficazes.

São várias as entidades que se têm dedicado a estudar a temática, sob diferentes ângulos de visão, promovendo diferentes respostas às situações de maior premência que emergem nesta área.

Também as Fundações fazem parte desse esforço coletivo e têm dedicado parte significativa do seu trabalho na promoção e apoio de iniciativas que viabilizam novas respostas face às necessidades diagnosticadas, em articulação com os restantes atores, promovendo soluções integradas e mais eficazes para a resolução dos grandes desafios sociais.

Intervenções bem estruturadas e baseadas em parcerias sólidas, equipas experientes e motivadas, e práticas de supervisão e avaliações externas que promovam a participação ativa dos seus públicos-alvo, podem constituir projetos-modelo replicáveis, sempre guiados pelo compromisso de promover a autonomia dos beneficiários envolvidos.

Estes princípios têm pautado a atuação da Fundação Calouste Gulbenkian no domínio das crianças e jovens em risco. Com efeito, entre 2008 e 2011, no quadro do Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano, foi dada prioridade ao apoio às famílias com crianças e jovens em risco ou em perigo, através da execução de oito projetos de educação parental como medida preventiva à institucionalização na infância e juventude.

Em 2012, perante o crescente número de jovens acolhidos em instituições no sistema nacional de proteção, a Fundação Calouste Gulbenkian decidiu concentrar o seu trabalho na área do acolhimento residencial, que constitui um direito na salvaguarda daqueles que se encontram em situação de perigo, no sentido de garantir a efetivação dos princípios estabelecidos na Convenção sobre os Direitos da Criança, das Nações Unidas, ratificada pelo Estado português.

O acolhimento residencial é necessariamente uma situação transitória, que deve centrar-se na construção do projeto de vida com a criança e/o jovem - com percursos traumáticos e expostos às mais graves situações de perigo e vulnerabilidade social - tendo em vista a sua futura autonomia e reintegração social e familiar. É uma oportunidade para a definição de trajetórias de vida entre os casos de maior complexidade que estão na alçada do sistema nacional de proteção de crianças e jovens em risco.

Neste sentido, entre 2012 e 2016, a Fundação apoiou um conjunto de intervenções em diferentes regiões do país, com dois principais objetivos: reforçar as competências pessoais, sociais e emocionais das crianças e jovens, preparando-os para uma vida em autonomia; bem como formar e capacitar as equipas técnicas e educativas das Casas que acolhem estas crianças e jovens.

O acompanhamento técnico e científico dos projetos foi assegurado pela Doutora Maria João Leote de Carvalho e pelo Dr. Hugo Cruz, contando também com a coordenação científica do Prof. Daniel Sampaio.

Este livro detalha diferentes perspetivas sobre o trabalho realizado pela Fundação nos últimos anos, dando voz às pessoas e organizações envolvidas. Inclui reflexões sobre aprendizagens, conquistas, desafios deste percurso, abordando as estratégias e metodologias seguidas e os mecanismos de supervisão e avaliação implementados, bem como os principais resultados alcançados.

No final desta publicação são apresentadas as recomendações que emanam de toda esta experiência, focadas nas mudanças necessárias para a adoção de práticas e políticas públicas centradas na autonomia das crianças e jovens.

A promoção do bem-estar das crianças e jovens, nomeadamente em contextos de maior vulnerabilidade, continuará a ser uma área prioritária de trabalho da Fundação Calouste Gulbenkian, contribuindo para a construção de uma sociedade com maior igualdade de oportunidades. Investir na mudança tem sido a principal vocação da Fundação ao longo dos seus mais de 60 anos. E será sempre esse o nosso compromisso com a sociedade.

PREFÁCIO

Armando Leandro
Juiz Conselheiro, Jubilado

1. O acolhimento residencial, medida integrada no sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo, parece ser, no presente e no futuro, sobretudo no futuro próximo, uma das pedras de toque da capacidade do sistema para dar resposta capaz às situações de perigo mais graves ou de mais difícil superação, apesar da sua subsidiariedade relativamente às restantes medidas.

Particularmente no diagnóstico da situação, na decisão e na execução dessa medida, espelha-se com especial realce a extrema complexidade das problemáticas de risco e perigo a que o sistema de promoção e proteção visa dar resposta, a exigir uma visão sistémica e uma intervenção integrada dos vários agentes institucionais e individuais convocados, nos variados e densos aspetos que a intervenção ajustada reclama em relação a cada uma das crianças/ /jovens acolhidos.

Para além do papel determinante da instituição acolhedora — considerada na sua dimensão e organização e na atuação harmónica dos seus diversificados recursos humanos — perfila-se a essencialidade da palavra e participação de cada criança/jovem, sujeito do seu próprio destino, como titular autónomo de direitos humanos, assim como as da sua família, de outras pessoas que constituam significativas referências afetivas/educacionais para a criança/jovem, e das próprias comunidades, nas suas diversas expressões de responsabilidade e solidariedade, incluindo a do voluntariado. Tem-se em mente não só a comunidade onde está inserida a casa de acolhimento e porventura a família, mas também a comunidade onde habita a família e é centro de vida da criança/ /jovem, e ainda a comunidade onde se perfila a possibilidade de futura inserção da criança/jovem de harmonia com a dinâmica de cada projeto de vida.

É assim irrecusável o dever institucional e cívico, coletivo e individual, de percorrermos solidariamente — de forma humilde face à complexidade da problemática, mas de maneira firmemente empenhada e científica e empiricamente sustentada — os melhores caminhos possíveis para que se tente continuamente a melhoria simultânea nos esforços, para evitar a aplicação da medida de acolhimento residencial sempre que outra solução seja mais vantajosa e possível e para que, quando inevitável ou com possibilidades de êxito, se decida e se execute da forma mais consentânea com a realização dos direitos humanos da criança/jovem.

A busca desse desígnio tem tido nos últimos tempos da longa história da medida diversas expressões significativas e de efeitos positivos, dos quais menciono a título meramente exemplificativo: o Relatório anual CASA sobre a realidade evolutiva do acolhimento residencial; os *Programas DOM e SERE+*, com o objetivo de fomentar a qualidade do acolhimento, a vários títulos, nomeadamente o da formação dos vários agentes responsáveis; a acentuação do carácter terapêutico do acolhimento e a criação ou adaptação de algumas unidades especialmente preparadas para intervenção em casos de problemáticas particularmente difíceis, como, por exemplo, dependências graves, comportamentos muito disruptivos, doenças e acentuadas limitações na área da saúde mental; nessas melhorias incluem-se também alterações legais promotoras e facilitadoras de progressos, de que são exemplo: a estatuição do dever de se privilegiar a medida de acolhimento familiar em relação à medida de acolhimento residencial, no que respeita às crianças até aos seis anos de idade; o sentido mais humanizante da nova denominação da medida como de «acolhimento residencial»; o planeamento da integração da criança/jovem no acolhimento, envolvendo, na ótica da melhor proteção e promoção dos direitos da criança/jovem a acolher, — para além da entidade que aplica a medida, a

entidade responsável pela gestão de vagas e a instituição responsável pelo acolhimento — a própria criança/ /jovem, mediante preparação informada, e, sempre que possível, a família; e é ainda muito positivo o incremento das investigações científicas nesta área, que proporciona também a aquisição de contributos importantes para a prevenção e a reparação em meio natural de vida.

Muito, porém, há que progredir na busca incessante da qualidade do acolhimento, numa indispensável permanente comunicabilidade entre a ciência e a investigação, as políticas, a atividade legislativa, as organizações e as ações.

Desde logo a partir de uma indispensável cuidada regulamentação da medida, como a lei reclama.

E tendo sempre permanentemente em conta que a medida se insere num sistema de promoção e proteção dos Direitos Humanos da Criança que simultaneamente nos honra e responsabiliza, nas suas características de um sistema integrado que pressupõe necessariamente uma prevenção sistémica do risco e do perigo e uma intervenção reparadora precoce, tão mínima quanto possível, proporcional e atual, respeitadora da privacidade, com aposta persistente na prevalência da família, em alguma das suas modalidades favoráveis à criança, e no correspondente exercício positivo das responsabilidades parentais, e proporcionando as intervenções e medidas mais informais e menos restritivas, preferencialmente em meio natural de vida, segundo um salutar princípio de subsidiariedade. Tudo inspirado e norteado por um princípio que integra o cerne de todo o sistema — o princípio do superior interesse de cada criança.

A firme e cuidada prossecução da filosofia e dos objetivos desse sistema — nomeadamente no que respeita à prevenção sistémica, à atuação integrada das Entidades com competência em matéria de infância e juventude, à afetação dos meios indispensáveis à intervenção relevantíssima das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e dos Tribunais, à melhoria e integração das medidas em meio natural de vida e à implementação de um sistema nacional, com qualidade, de famílias de acolhimento — conduzirá, assim se deseja e espera, a substancial diminuição dos casos de acolhimento residencial, mas a sua necessidade e utilidade vão permanecer e as exigências da sua qualidade e dos indispensáveis apoios não diminuirão, considerando até a natural dificuldade dos casos que exigirão essa intervenção.

2. A Fundação Calouste Gulbenkian, fiel aos seus permanentes ideal e objetivo de concorrer de forma significativa, inovadora e de indiscutível grande qualidade, para o efetivo progresso ético, espiritual, cultural, social, ambiental e económico das pessoas e da sociedade, na linha dos valores inerentes ao paradigma dos Direitos Humanos, que sempre a inspira, decidiu impulsionar a reflexão e a ação exigentes sobre mais uma matéria muito relevante — no caso a do acolhimento residencial — para a desejada qualidade da infância e da juventude, essencial à qualidade humana, por sua vez decisiva para a qualidade do desenvolvimento, a todos os níveis.

Através do seu precioso Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano, aprovou quatro projetos, apresentados por outras tantas Instituição com Casas de Acolhimento, em harmonia com as condições sabiamente colocadas no concurso prévio, e, por intermédio de uma Equipa a todos os títulos distintíssima, integrando o Prof. Doutor Daniel Sampaio, a Doutora Maria João Leote de Carvalho e os Drs. Hugo Cruz e Anabela Salgueiro, apoiou e acompanhou os projetos, não tendo prosseguido a avaliação do projeto promovido pela Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz, por circunstâncias absolutamente estranhas à Fundação.

Como resulta da descrição e avaliação dos projetos que agora se divulgam, todos eles contribuem, com qualidade, para aquisições relevantes em vários domínios das problemáticas atuais da qualificação da medida de acolhimento residencial.

Mas não só neste aspeto se refletem os efeitos positivo dos Projetos. Várias atuações e reflexões descritas, quer em si mesmas, quer pelas cambiantes éticas, deontológicas, espirituais, culturais, científicas, sociais e de índole formativa, de que explícita ou implicitamente se revestem, com o mérito acrescido de corresponderem a desafios concretos em diversos contextos reais, podem ser de grande utilidade na conceção, execução, supervisão e avaliação de respostas essenciais, seja no domínio da prevenção universal, seletiva e indicada, seja no âmbito da reparação, nomeadamente quer no que respeita à intervenção muito relevante, em 1.ª linha, das Entidades com competência em matéria de infância e juventude (ECMIJ), quer relativamente às medidas em meio natural de vida e de acolhimento familiar, da competência das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e dos Tribunais.

Tenho sobretudo em mente as questões que constituíram os objetivos específicos de cada um dos três projetos avaliados:

No Projeto «O Trilho», desenvolvido pela Associação de Solidariedade Social Via Nova, o importantíssimo objetivo de apoiar a reintegração familiar de crianças e jovens acolhidos no Lar de Infância e Juventude, procurando dotar as famílias de competências necessárias ao exercício de uma parentalidade responsável. Destacam-se a promovida aprendizagem mútua, envolvendo as famílias e os técnicos, a natureza sistémica da intervenção e a orientação de os procedimentos técnicos estarem em linha de convergência com os procedimentos éticos.

O Projeto que se desenvolveu na Oficina de São José, da Arquidiocese de Braga, centrou-se na questão basilar da promoção da autonomia das crianças e jovens acolhidos no Lar de Infância e Juventude, procurando caminhos para desenvolver e dinamizar processos de pré-autonomia e autonomização, através de «um processo dinâmico de construção quotidiana, não dependente apenas das configurações normativas e burocráticas», antes implicando «uma participação ativa de cada criança e jovem e lógicas de ação das equipas coincidentes com tal pressuposto». De entre os contributos relevantes do Projeto para o êxito do objetivo da promoção da autonomia — tão essencial em qualquer projeto educativo — acentua o efeito positivo da incorporação do tema da autonomia na linguagem e narrativas das crianças e jovens e também da equipa educativa e conclui que «o projeto autonomia reconfigurou determinadas práticas e procedimentos através de três eixos: a intencionalidade, a planificação e a avaliação».

O «Projet'Ar-te», desenvolvido no Centro de Acolhimento «Casa do Canto», da responsabilidade da Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família — CrescerSer, procurou contribuir para a melhoria do sistema de acolhimento, tendo em vista a promoção da autonomia das jovens acolhidas não só durante o acolhimento mas também após o termo deste, mediante um modelo multinível, desenvolvido logo a partir do início do acolhimento, que articula três níveis: nível I — um programa de promoção da regulação emocional; o nível II — um programa de competências pessoais e sociais; o nível III — uma inovadora estrutura de apoio e acompanhamento das jovens após o acolhimento. A avaliação e o *follow-up* dos três níveis, realizados à luz das normas internacionais *quality4Children*, revelaram a pertinência da totalidade da intervenção, «que desde o primeiro momento do acolhimento residencial se desafia a pensar no processo de finalização desse acolhimento, de modo a *garantir uma saída segura da casa*». É de salientar a avaliação da estrutura de apoio e acompanhamento pós-acolhimento (ESAAC): — revela que houve bons indicadores de adesão, incluindo de jovens que saíram da Casa antes da implementação inicial da estrutura (no total 37, correspondente a 75% das jovens saídas da Casa), e que se registaram e mantiveram «contactos regulares com as jovens», assim como manifestações «de satisfação e reconhecimento do papel da ESAAC na facilitação da ligação às pessoas da Casa, na relação com a família, no sentimento de segurança e no apoio às dificuldades sentidas após a saída».

3. É de salientar a lúcida opção da Fundação Calouste Gulbenkian de, em cada um dos projetos, fazer associar, na sua conceção, execução concreta e avaliação, a intervenção de um professor universitário e investigador, em estreita articulação com a participação dos responsáveis da Casa de Acolhimento, suas equipas técnicas e educativas, as próprias crianças e jovens e, sempre que possível, as famílias e outros parceiros comunitários.

Assim: No Projeto «O Trilho», no Projeto da Oficina de São José e no «Projet'Ar-te», intervieram, respetivamente, os seguintes muito ilustres Professores Universitários e Investigadores: José Gomes da Costa, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Catarina Tomás, da Escola Superior de Educação e do Centro de Investigação CICS.NOVA; e Maria do Rosário Pinheiro, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Desta forma se deu execução prática, a propósito de problemáticas objeto dos projetos, a alguns aspetos relevantes relacionados com a anteriormente referida indispensável permanente comunicabilidade entre a ciência e investigação e as atuações, aos vários níveis de conceção, decisão política, legislativa, organizacional e executiva.

A qualidade conseguida é, em meu parecer, mais um poderoso estímulo para que cada vez mais se invista na promoção de projetos de investigação/ação em áreas do sistema de promoção e proteção de crianças e jovens, em estreita ligação e mútuo enriquecimento com a investigação pura, como vem sendo preocupação, a todos os títulos louvável, da Fundação Calouste Gulbenkian. O pensar e investigar juntos e conseqüente cruzamento de atuações, com base nas experiências que, com o sentido de relevantíssimo serviço público, a Fundação tem proporcionado e certamente continuará a prestar ao País, poderão ajudar impressivamente a acelerar o ritmo do progresso nestas áreas, como é indispensável à concretização dos irrenunciáveis Direitos Humanos em causa.

4. Termino, agradecendo muito a grande honra do convite para este singelo prefácio, que assumi com humildade, mas com muito gosto, e felicitando vivamente a Fundação Calouste Gulbenkian, a sua excelente Equipa e todos os que tornaram possível os excelentes projetos e esta primorosa publicação coordenada pela Doutora Maria João Leote de Carvalho e Dr.ª Anabela Salgueiro. «Escreveram» mais uma bela e utilíssima «página» do sempre inacabado «livro» da permanente luta pela efetiva concretização dos Direitos Humanos da criança e do jovem, suas famílias e comunidades. Contribuíram para que, não esquecendo a dura realidade, se acredite e não se desista nunca de a transformar, melhorando-a, assim reforçando e dignificando a verdadeira **esperança**. Fizeram-no mostrando que é possível dinamizar a **confiança**, como é essencial à irrecusável **mudança**, tendo em vista a progressiva realização de uma sociedade mais democrática e justa.

Lisboa, janeiro de 2018





“Não mudaria um único dia da minha estadia na Casa do Canto. Nenhum deles foi fácil e essa é a razão do meu progresso, da pessoa que me tornei e sou hoje. Melhor do que a pessoa que era e uma incógnita para a pessoa que serei no futuro. Mas para isso, cá está toda uma equipa técnica e educativa para me ajudar a ser sempre melhor.”

Testemunho de jovem,
17 anos, acolhida na Casa do Canto

Índice

I Parte - (OS) CONTEXTO (S)

Acolhimento residencial de jovens: Proteger, prevenir e capacitar – Desafios à intervenção – Marta Santos Pais . 13	
Enquadramento – Anabela Salgueiro	19
Seleção e acompanhamento dos projetos – Anabela Salgueiro e Maria João Leote de Carvalho.....	23
Problemas tornados desafios – Maria João Leote de Carvalho e Anabela Salgueiro	35

II Parte - AS PESSOAS

As crianças e os jovens – Maria João Leote de Carvalho	69
As equipas das Casas – Maria João Leote de Carvalho	85
As parcerias – Maria João Leote de Carvalho.....	105
À conversa sobre supervisão – Anabela Salgueiro, Catarina Tomás, José Gomes da Costa, Maria do Rosário Pinheiro, Maria João Leote de Carvalho.....	121
A supervisão em Lares de Infância e Juventude. A propósito do trabalho no Lar de Nossa Senhora de Fátima – José Manuel Nabo.....	141
Os modelos de supervisão: em síntese.....	147

III Parte - OS PROJETOS E AS CASAS

Oficina São José: Práticas que (De)Marcam: Autonomia, Participação e Transições das Crianças e Jovens na Oficina de S. José (Braga) – Catarina Tomás, Mafalda Malheiro, Serafim Gonçalves, Edson Luís, Liliana Rodrigues e Ana Costa	153
Via Nova: Projeto “O Trilho”: Desafios à Intervenção no Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens – José Gomes da Costa e Carlos Bento	173
Casa do Canto: ProjetAr-te – Programa de Promoção da Autonomia para Jovens em Risco: Implementação e Avaliação da Eficácia e da Qualidade de uma Intervenção Durante o Processo de Acolhimento Residencial, sua Finalização e Acompanhamento – Maria do Rosário Pinheiro, Cristina Velho, Laura Santos, Carla Palaio	189
O Lar de N.ª Sr.ª de Fátima – Manuel Galante	217

IV Parte - AVALIAÇÃO Processos, resultados e impactos

O que se avaliou, como se avaliou – Maria João Leote de Carvalho e Anabela Salgueiro.....	223
---	-----

V Parte – ENTRE OLHARES: DESAFIOS À INTERVENÇÃO

De “Gaiato” a Diretor – Patrícia Fernandes	253
O acolhimento residencial (à luz da revisão da LPCJP de 2015) – Paulo Guerra.....	257
Que lugar queremos para as crianças e jovens nas nossas comunidades? – Hugo Cruz	267
Muito além da cozinha – Patrícia Fernandes	271
Trabalhar com famílias de crianças e jovens acolhidos: desafios aos profissionais – Teresa Goldshmidt e João Beirão	273
Jovens e Internet: riscos e potencialidades – Eduarda Ferreira, Maria João Silva, José Alberto Simões e Juliana Doretto	279
O papel da comunicação social e do jornalista – Patrícia Fernandes.....	287
E a mim, que importa – António Santinha.....	293

VI Parte – RECOMENDAÇÕES

Recomendações	297
Em Torno das Recomendações: à luz da realidade portuguesa e de práticas internacionais.....	299

ANEXOS

Anexo A1 Publicações da Fundação Calouste Gulbenkian no âmbito da componente dos Projetos sobre o Acolhimento Residencial de Jovens	317
Anexo A2 Capacitação das equipas apoiada pela Fundação Calouste Gulbenkian	318
Anexo A3 Divulgação dos projetos	325
Índice de gráficos, figuras e tabelas	332
Notas Biográficas dos Autores.....	333

Ficha Técnica

EDIÇÃO

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
Junho 2018

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Maria João Leote de Carvalho e Anabela Salgueiro

AUTORES

Ana Costa
Anabela Salgueiro
António Santinha
Armando Leandro
Carla Palaio
Carlos Bento
Catarina Tomás
Cristina Velho
Edson Luís
Eduarda Ferreira
Hugo Cruz
Isabel Mota
João Beirão
José Alberto Simões
José Gomes da Costa
José Manuel Nabo
Juliana Doretto
Laura Santos
Liliana Rodrigues
Mafalda Malheiro
Manuel Galante
Maria João Leote de Carvalho
Maria João Silva
Maria do Rosário Pinheiro
Marta Santos Pais
Patrícia Fernandes
Paulo Guerra
Serafim Gonçalves
Teresa Goldschmidt

PGCIS

pgcis@gulbenkian.pt
www.gulbenkian.pt

DESIGN, PAGINAÇÃO E ARTE FINAL

Mergulhar em Ideias, Lda.
www.mergulharemeideias.pt

REVISÃO

Anabela Salgueiro
Maria João Leote de Carvalho
Mergulhar em Ideias

IMPRESSÃO

Jorge Fernandes, Lda.

N.º DE EXEMPLARES

1.500

ISBN

978-989-8380-31-9

DEPÓSITO LEGAL

442444/18

Os textos apresentados são da exclusiva
responsabilidade dos seus autores.